

Hidrovia Tocantins-Araguaia: o caso da comunidade ribeirinha diamante município de Itupiranga, sudeste paraense

*Tocantins-Araguaia waterway: the case of the diamante riverside community in
the municipality of Itupiranga, southeastern Pará*

Beatriz Dutra Sarges^{1*}, Edina Silva Alemida², Airton dos Reis Pereira², Cristiano Dias
Barros², David José Miquelluti¹, Mari Lucia Campos¹

¹ Centro de Ciências Agroveterinárias, Universidade do Estado de Santa Catarina, Lages, Santa Catarina, Brasil.

² Universidade do Estado do Pará, Campus VIII, Marabá, Pará, Brasil.

Autora para correspondência: beatriz.engenheiraas@gmail.com

RESUMO

A Hidrovia Tocantins-Araguaia visa ampliar a navegabilidade do Rio Tocantins, especialmente no período de estiagem, por meio de obras como a derrocagem do Pedral do Lourenço. Essa intervenção pode causar impactos significativos à fauna aquática e às comunidades ribeirinhas que dependem do rio para sua subsistência. Entre elas, destaca-se a Comunidade Diamante, localizada em Itupiranga (PA), cuja rotina está diretamente ligada ao Rio Tocantins e ao Igarapé Vermelho. Este trabalho tem como objetivo analisar os impactos socioambientais da hidrovia sobre essa comunidade. Para isso, foi realizado um estudo de caso com abordagem qualitativa, por meio de levantamento bibliográfico, documental e entrevistas com base na metodologia da história oral. Os resultados revelam que a Comunidade Diamante não foi mencionada no EIA/RIMA do projeto, tampouco foram propostas medidas mitigadoras. Entre os impactos mais preocupantes estão a diminuição da disponibilidade de peixes e o risco de ressecamento do Igarapé Vermelho, evidenciando o descaso institucional com essas populações.

Palavras-chave: comunidades ribeirinhas; impactos socioambientais; rio Tocantins.

ABSTRACT

The Tocantins-Araguaia Waterway aims to enhance the navigability of the Tocantins River,

especialmente durante a estação seca, através de projetos como o dragagem do Pedral do Lourenço. Esta intervenção pode causar impactos significativos na fauna aquática e nas comunidades ribeirinhas que dependem do rio para sua subsistência. Entre estas está a Comunidade Diamante, localizada em Itupiranga (PA), cuja vida cotidiana está diretamente conectada ao Rio Tocantins e ao curso de água Igarapé Vermelho. Este estudo visa analisar os impactos socioambientais da via navegável nesta comunidade. Para isso, foi conduzido um estudo de caso com uma abordagem qualitativa, através de pesquisa bibliográfica e documental e entrevistas baseadas na metodologia de história oral. Os resultados mostram que a Comunidade Diamante não foi mencionada no Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do projeto, nem foram propostas quaisquer medidas mitigadoras. Entre os impactos mais preocupantes estão a redução na disponibilidade de peixes e o risco de secagem do Igarapé Vermelho, destacando a negligência institucional em relação a essas populações.

Keywords: comunidades ribeirinhas; impactos socioambientais; rio Tocantins.

1 INTRODUÇÃO

Os povos e comunidades tradicionais são grupos que se reconhecem como tais e mantêm seus modos de vida, saberes e práticas ligados ao território que ocupam, preservam e transmitem, de geração em geração, conhecimentos, técnicas e valores que moldam suas identidades e sustentam seus modos próprios de desenvolvimento (Brasil, 2007). Mas, ao longo do tempo tem enfrentado inúmeros impactos sobre os seus territórios, como construção de rodovias, ferrovias, hidrelétricas, extração de minérios, madeiras, entre outros.

Esse cenário tem ocorrido em todo o território brasileiro. No sudeste paraense não é diferente. Diversos empreendimentos têm sido voltados para a utilização dos cursos d'água, com destaque para a construção de usinas hidrelétricas, que afetam diretamente as comunidades ribeirinhas (Santos; Pereira, 2021). A partir de 2018, os ribeirinhos localizados às margens dos rios Araguaia e Tocantins passaram a enfrentar um novo problema: a construção da hidrovia Tocantins-Araguaia.

Esta hidrovia tem como objetivo aumentar a navegabilidade do Rio Tocantins, especialmente no período de estiagem, entre os municípios de Marabá e Baião. Para isso, as obras incluem a dragagem de bancos de areia e a derrocagem do pedral de Lourenço visando permitir a passagem de embarcações durante o baixo nível das águas (Brasil, 2018). Contudo,

pode acarretar diversos impactos socioambientais às comunidades ribeirinhas localizadas entre Marabá e Baião.

Dentre as comunidades que serão diretamente afetadas por este empreendimento destaca-se a Comunidade Diamante, localizada no município de Itupiranga. Esta comunidade é formada por ribeirinhos que têm suas formas de subsistência baseadas na pesca e na agricultura, tendo o Igarapé Vermelho e o Rio Tocantins como espaço para a pesca quanto para a locomoção entre diferentes localidades. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é descrever os impactos socioambientais que a Hidrovia Tocantins-Araguaia poderá ocasionar à Comunidade Ribeirinha Diamante.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho configura-se como um estudo de caso, de natureza básica, com caráter descritivo-exploratório e abordagem qualitativa, conforme as definições de Rotman (1994) e Gil (2018).

Para alcançar os objetivos propostos, foi realizado um levantamento bibliográfico, priorizando documentos publicados nos últimos cinco anos (2019-2024). Esse levantamento permitiu a busca e análise de artigos, livros e outros materiais científicos sobre comunidades tradicionais, suas formas de vida, suas relações com o território e os impactos socioambientais que normalmente sofrem.

Também foi realizado um levantamento documental, com análise de materiais jornalísticos e institucionais que possibilitaram a compreensão da situação atual do licenciamento da hidrovia Tocantins-Araguaia e das audiências públicas. O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) deste empreendimento foram os documentos centrais dessa etapa.

Além disso, empregou-se a metodologia da história oral, do tipo temática, conforme Neves (2003), com a realização de entrevistas para coleta de fontes orais. As entrevistas seguiram um roteiro temático que buscou compreender as opiniões dos ribeirinhos sobre a hidrovia, suas formas de subsistência e sua participação nas reuniões com os tomadores de decisão, realizadas entre 10 e 25 de agosto de 2025. Para a aplicação das entrevistas, utilizou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo o anonimato dos participantes, conforme a Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, que afirma

que pesquisa de opinião pública com participantes não identificados, não é necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

3 RESULTADOS

A implantação da Hidrovia Tocantins-Araguaia é justificada por sua extensão e posição estratégica, no escoamento de minérios, grãos, gado, entre outros, possibilitando alternativa mais sustentável em comparação aos modais predominantes no sudeste paraense que, atualmente, se baseiam no transporte rodoviário e ferroviário (Teixeira; Santos Júnior, 2019).

No entanto, as obras que devem viabilizar a hidrovia envolvem a destruição de aproximadamente 35 km dos 43 km totais das rochas do Pedral do Lourenço, no Rio Tocantins as quais representam sérios riscos à fauna aquática local, uma vez que a remoção será realizada por meio de ondas de choque, que podem causar a morte imediata dos peixes (Duarte, 2023)

A preocupação se agrava considerando que o Pedral do Lourenço é reconhecido por estudiosos como um local essencial para a reprodução de diversas espécies de peixes, oferecendo condições ideais devido à profundidade e à correnteza favoráveis. Estima-se que cerca de 30% da riqueza de peixes da Bacia Hidrográfica Tocantins-Araguaia esteja associada a essa área (Pelicice *et al.*, 2021).

Além da derrocagem do Pedral do Lourenço, a construção da hidrovia também exigirá a ampliação do canal de navegação por meio da dragagem dos bancos de areia. Essa intervenção pode acarretar alguns problemas, considerando que o Rio Tocantins apresenta estações hidrológicas bem definidas, com períodos de cheia e seca bastante marcados (Latrubesse *et al.*, 2001). Ou seja, durante a estiagem, que ocorre entre maio e outubro, o nível do rio e de seus afluentes diminui de forma expressiva, afetando a disponibilidade de água. Com a dragagem e o aprofundamento do leito, existe o risco de aceleração do escoamento das águas, o que pode comprometer ainda mais a vazão dos afluentes, provocando o ressecamento de igarapés e áreas de várzea fundamentais para comunidades ribeirinhas (Tomas *et al.*, 2015).

4 DISCUSSÃO

A construção da Hidrovia Tocantins-Araguaia pode provocar efeitos negativos irreversíveis às populações ribeirinhas que dependem diretamente dos cursos d'água para sua

subsistência. Com o agravante que o EIA/RIMA do empreendimento não menciona a Comunidade Diamante entre as localidades impactadas. Portanto, falha em reconhecer as implicações sociais e ambientais das obras a algumas comunidades tradicionais da região, mas exclui esta comunidade. O EIA/RIMA se limita a abordar apenas a caracterização das localidades que receberão as obras, mas em nenhum momento cita os impactos socioambientais que a construção da hidrovía trará para essas populações, como a perda de recursos hídricos, a diminuição da biodiversidade aquática e a alteração dos modos de vida baseados na pesca e na agricultura (Brasil, 2018).

O descaso do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT) em relação às comunidades ribeirinhas foi um dos principais fatores que levou à anulação da licença prévia do projeto, uma vez que os estudos apresentados não contemplaram medidas mitigadoras ou compensatórias adequadas. A ausência de um diagnóstico mais completo sobre os impactos e as ações necessárias para proteger os direitos dessas populações levanta questionamentos quanto à real intenção de promover um desenvolvimento sustentável no contexto da hidrovía.

Ademais, o projeto demonstra fragilidades em sua proposta de sustentabilidade, visto que sequer houve a preocupação em informar aos ribeirinhos sobre as obras que seriam realizadas. Os próprios moradores relataram que o DNIT, em nenhum momento, esteve presente na comunidade para esclarecer o projeto ou ouvir as suas preocupações. Um dos ribeirinhos relatou que só ficou sabendo da obra por meio dos jornais. Afirma ele: “não, não passou ninguém falando sobre. Nós sabemos que isso vai acontecer através de jornais, né? De boca a boca falando e tal, mas ainda não fizeram nenhum tipo de reunião” (Ribeirinho da Comunidade Diamante, 42 anos, 25 de agosto de 2024).

Constata-se, por meio desse depoimento, a ocorrência de violência institucional por parte dos responsáveis técnicos pela obra, ao desconsiderar o direito das comunidades de serem previamente consultadas sobre as intervenções previstas para a hidrovía, em afronta ao que estabelece a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 5.051/2004. Tal norma determina que povos e comunidades tradicionais devem ser consultados de forma prévia, livre e informada sempre que obras ou empreendimento possam afetar seus territórios ou modos de vida.

Outro ponto de preocupação destacado pelas comunidades ribeirinhas refere-se à insegurança quanto à manutenção de suas formas tradicionais de subsistência. Dependentes majoritariamente da pesca artesanal, essas populações vislumbram um cenário de

vulnerabilidade econômica e alimentar diante da provável redução da disponibilidade de peixes, elemento essencial para sua sobrevivência.

A ameaça à pesca não implica apenas uma perda material, mas compromete toda uma rede de práticas culturais, de saberes tradicionais e de relações comunitárias que se estruturam em torno do uso sustentável do rio. A ausência de medidas de compensação adequadas e de alternativas concretas para a manutenção das atividades econômicas tradicionais evidencia a fragilidade social imposta às comunidades, ampliando processos de marginalização histórica que marcam a ocupação da região Norte.

Outra consequência preocupante refere-se à ampliação do canal de navegação para o tráfego de grandes embarcações, que ameaça a dinâmica hídrica da região e compromete a integridade dos afluentes do Rio Tocantins. A diminuição da disponibilidade hídrica nessas áreas pode afetar diretamente a produção de alimentos, a oferta de recursos pesqueiros e a conservação de espécies vegetais e animais que dependem desses ambientes. Além disso, o ressecamento dos cursos d'água poderá dificultar o deslocamento dos ribeirinhos, especialmente daqueles que utilizam canoas como principal meio de transporte para acessar serviços essenciais nas cidades próximas, como Itupiranga.

Esse impacto é particularmente grave para comunidades como a Comunidade Diamante, que depende do Igarapé Vermelho, um afluente do Rio Tocantins, tanto para a irrigação de cultivos quanto para o transporte fluvial. A alteração do regime hídrico não apenas comprometerá a pesca, mas também dificultará atividades cotidianas básicas, aumentando a vulnerabilidade social dessas comunidades. A redução da navegabilidade dos rios pode isolar populações que já enfrentam desafios históricos de acesso a infraestrutura e serviços públicos, acentuando ainda mais desigualdades regionais.

Essa realidade evidencia a falta de integração entre o projeto da hidrovia e a necessidade de proteção dos sistemas ecológicos interligados ao Rio Tocantins, indicando que as intervenções propostas não foram planejadas para garantir a sustentabilidade socioambiental em sua totalidade.

5 CONCLUSÃO

A execução da Hidrovia Tocantins-Araguaia implica não apenas transformações no ambiente aquático, mas também representa uma ameaça direta às formas tradicionais de

subsistência e ao modo de vida das comunidades ribeirinhas. A Comunidade Diamante, situada na confluência do Rio Tocantins com o Igarapé Vermelho, exemplifica essa realidade ao depender de maneira essencial dos cursos d'água para alimentação, transporte e irrigação de suas plantações.

As alterações previstas, como a derrocagem do Pedral do Lourenço e a dragagem dos bancos de areia, indicam riscos significativos para a biodiversidade local e para a dinâmica hídrica da região, afetando diretamente práticas econômicas, culturais e sociais que sustentam essas comunidades. A ausência de consultas prévias, conforme determina a Convenção nº 169 da OIT, e a fragilidade das medidas compensatórias evidenciam que o empreendimento, tal como proposto, desconsidera princípios fundamentais de justiça socioambiental e desenvolvimento sustentável.

É imprescindível que projetos dessa magnitude contemplem, de maneira efetiva, a proteção dos territórios e dos direitos das populações tradicionais, promovendo processos de diálogo, escuta e participação social, de modo a assegurar a preservação dos modos de vida que historicamente moldaram a ocupação da região Norte.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). **RIMA - Relatório de Impacto Ambiental das Obras de Dragagem e Derrocamento da Via Navegável do Rio Tocantins**. Brasília: Dnit, 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.040, de 07/02/2007**. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

DUARTE, A. C. Censo visual como complementação metodológica em estudos ictiofaunísticos. 47 p. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade e Evolução) - Museu Paraense Emílio Goeldi, 2023. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/2506>. Acesso em 20 out. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. Atlas: São Paulo, 2018.

LATRUBESSE, E. *et al.* **Relatório parcial: Análise sobre o relatório EIA/RIMA Hidrovia Araguaia-Tocantins**. Goiânia, 05 out. 2021. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/N2D00007.pdf>. Acesso em 25 out. 2024.

NEVES, L. A. Memória e História: potencialidades da História Oral. **Artcultura**, Uberlândia - MG, v. 05, n. 06, jan/jun., 2003, p. 27-38

PELICICE, F. M. *et al.* Large-scale degradation of the Tocantins-Araguaia River basin. **Environmental Management**, v. 68, p. 445-452, 2021. Disponível: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00267-021-01513-7>. Acesso em 20 out. 2024.

ROTHMAN, F. D. O Estudo de caso como método científico de pesquisa. In: Economia Familiar: uma olhada sobre a família nos anos 90. I Simpósio de Economia Familiar. UFV/Departamento de Economia Doméstica, Viçosa, 1994. **Anais...** Viçosa: UFV, 1994. p. 246-255.

SANTOS, L. L.; PEREIRA, A. R. Da mineração à hidrelétrica: a face recente das dinâmicas territoriais na Amazônia oriental brasileira. **Terra Plural**, v. 15, p. 1-23, 2021.

TEIXEIRA, R. D. P.; SANTOS JÚNIOR, A. E. A. S. Caracterização faciológica e análise estratigráfica das rochas do Pedral do Lourenço, em Itupiranga, Estado do Pará. In: **V Seminário de Iniciação Científica**, Marabá, 2019. Disponível em: https://sic.unifesspa.edu.br/images/SIC2019/ORAL/232_RhuanDiegoPazTeixeira.pdf. Acesso em 22 jan. 2024.

TOMAS, G. P. *et al.* Modelagem hidrodinâmica para o derrocamento do rio Tocantins – Pedral do Lourenço. In: **XXI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos**, Brasília, 2015. Disponível em: <https://files.abrhidro.org.br/Eventos/Trabalhos/4/PAP019216.pdf>. Acesso em 25 out. 2024.

VEIRA, A. C. D. **Os benefícios da implantação da hidrovía Araguaia Tocantins para o transporte de mercadorias**. 24 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Logística) – Universidade Federal do Tocantins, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1857/1/ANA%20CAROLINE%20DORXAS%20ODE%20OLIVEIRA-%20TCC%20-%20LOG%20c3%8dSTICA.pdf>. Acesso 26 out. 2024.